

Supremo Tribunal Federal
COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA
D.J. 15.12.2006
EMENTÁRIO Nº 2 2 6 0 - 4

07/11/2006

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 87.187-9 RIO DE JANEIRO

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
PACIENTE(S) : ANDRELINO GUEDES BERNARDO
IMPETRANTE(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

COMPETÊNCIA - *HABEAS CORPUS*. A competência para o julgamento da matéria de fundo do *habeas corpus* é do colegiado, não cabendo ao relator, por maior que seja o convencimento sobre a improcedência do que articulado, substituí-lo.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a presidência do ministro Sepúlveda Pertence, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria, em deferir o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do relator, vencido, em parte, o ministro Sepúlveda Pertence, Presidente, que o deferia em menor extensão. Não participou, justificadamente, deste julgamento a ministra Cármen Lúcia.

Brasília, 7 de novembro de 2006.

MARCO AURÉLIO

-

RELATOR



07/11/2006

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 87.187-9 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
PACIENTE(S) : ANDRELINO GUEDES BERNARDO
IMPETRANTE(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

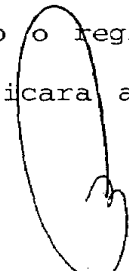
R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Ao analisar o pedido de concessão de medida acauteladora e indeferi-lo, assim sintetizei a espécie (folha 23):

1. Com a inicial de folha 2 a 9, acompanhada dos documentos de folha 10 a 16, busca-se demonstrar a errônea atuação individual do relator, negando seguimento a *habeas corpus*. Sustenta-se, mais, o extravasamento do prazo para término do inquérito policial militar, afirmando-se que o ato de prisão se mostrou desfundamentado. Então, requer-se o deferimento de liminar para cassar a decisão do Superior Tribunal Militar em agravo interposto no *Habeas Corpus* nº 2005.01.034069-6/RJ, expedindo-se alvará de soltura e confirmando-se a medida.

2. Extraio da inicial que a medida acauteladora está direcionada à expedição do alvará de soltura. Assim concluo ante a impossibilidade de, em ato precário e efêmero, cassar-se simplesmente acórdão prolatado por certo tribunal.

O Superior Tribunal Militar, mediante o Ofício nº 318, de folhas 32 e 33, afirmou a negativa de seguimento à impetração bem como a circunstância de o Colegiado haver desprovido o regimental. Procedeu a Corte ao encaminhamento do ato que implicara a prisão preventiva.

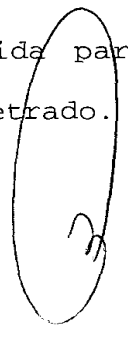


HC 87.187 / RJ

A seguir, em complementação, o Tribunal enviou a degravação da sessão em que apreciado o agravo.

A Procuradoria Geral da República emitiu o parecer de folha 52 a 54 no sentido de ser concedida parcialmente a ordem, determinando-se o julgamento do *habeas* impetrado.

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Na decisão mediante a qual deixei de acolher o pleito de concessão de liminar, consignei (folha 23):

[...]

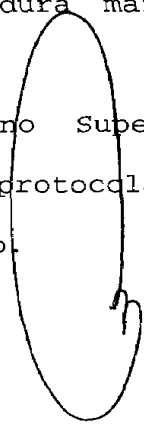
Quanto ao tema de fundo, não se conta com o pronunciamento do Superior Tribunal Militar, talvez mesmo presente a circunstância de o agravo haver sido julgado no último dia 10. Tem-se, no caso, a decisão individual confirmada, em que se consignou a existência de ação penal e o fato de não haver transcorrido o prazo de cinquenta dias previsto no artigo 390 do Código de Processo Penal Militar para o término da instrução. Em relação à preventiva, não veio ao processo o ato respectivo, aspecto a afastar a apreciação sob o ângulo dos fundamentos.

Já agora, com as notas taquigráficas do julgamento do agravo contra o ato do relator que implicou negativa de seguimento ao *habeas*, é dado constatar que o Colegiado não adentrou a problemática concernente ao respectivo tema de fundo, especialmente a ligada ao excesso de prazo. As discussões restringiram-se à possibilidade, ou não, de o relator substituir-se ao Colegiado no julgamento, ficando vencidos os ministros José Coêlho Ferreira e Carlos Alberto Marques Soares.

Está-se diante de situação concreta reveladora de queima de etapas. Em vez de o *habeas* seguir ao Colegiado, para que este enfrentasse as causas de pedir constantes da inicial, deu-se a apreciação pelo próprio relator - ministro Olympio Pereira da Silva Júnior -, que, ao que tudo indica, ficou impressionado com o

latrocínio que vem sendo imputado ao paciente. Observem a ordem natural das coisas. A negativa de seguimento a *habeas corpus* pressupõe óbice ao exame da matéria de fundo, não podendo ocorrer, quanto a esta, mediante a atuação do próprio relator. Na espécie, havendo sido negado seguimento ao pedido, a questão chegou em julgamento sumário - via regimental - ao Colegiado e então, conforme já consignado, os integrantes acabaram não emitindo entendimento sobre o tema de fundo da impetração, cingindo-se à questão preliminar. Procede a manifestação da Procuradoria Geral da República, a fim de preservar-se a envergadura maior do *habeas corpus*.

Concedo a ordem para que, no Superior Tribunal Militar, seja dada seqüência ao *habeas* protocolado, vindo o Colegiado a apreciá-lo como entender de direito.



07/11/2006

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 87.187-9 RIO DE JANEIROV O T O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE (PRESIDENTE) - Peço
vênia aos eminentes Colegas para conceder, parcialmente, a ordem.

Entendo que as normas regimentais, assim como ocorre no
Supremo Tribunal Federal, podem conferir competência decisória ao
relator. Apenas, a decisão individual não pode ser definitiva,
podendo ser objeto de agravo regimental no qual se decidirão das
próprias razões da negativa de seguimento ao pedido que, ao Relator,
pareceu de manifesta improcedência.

Por isso concedo o **habeas corpus** para que se renove o
julgamento do agravo, apreciando, sim, as questões de fundo
examinadas pelo Relator.



Nc.

PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 87.187-9****PROCED.: RIO DE JANEIRO****RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO****PACTE.(S): ANDRELINO GUEDES BERNARDO****IMPTE.(S): DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO****COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**

Decisão: Por maioria de votos, a Turma deferiu o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator; vencido, em parte, o Ministro Sepúlveda Pertence, Presidente, que o deferia em menor extensão. Não participou, justificadamente, deste julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Falou pelo paciente o Dr. Antonio de Maia e Pádua, Defensor Público da União. 1ª. Turma, 07.11.2006.

Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Carlos Britto, Ricardo Lewandowski e a Ministra Cármen Lúcia.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot.


Ricardo Dias Duarte
Coordenador